

O capitalismo cognitivo em debate

Cognitive Capitalism in debate

Giuseppe Cocco*

Gilvan Vilarim**

Na virada do século, o longo período de transição – genericamente denominado pela literatura econômica e sociológica de “pós-fordismo” – chegou à maturidade. A crise (que se declarou na década de 1970) do regime de acumulação da grande indústria taylorista e de sua regulação fordista-keynesiana abriu, após a transição das décadas de 1980 e 1990, o caminho para um novo regime de acumulação de tipo cognitivo. Essa maturidade não deixa de ser paradoxal: por um lado, ela permite fazer um balanço do debate que atravessou as duas décadas de transição sobre a “natureza” do pós-fordismo e, pois, da própria crise dos 1970; por outro lado, esse balanço e essa “maturidade” podem acontecer numa conjuntura marcada pela crise vertical – desse início do século XXI, da governança (financeira) e da ideologia (neoliberal) do capitalismo cognitivo e globalizado. Por um lado, o capitalismo contemporâneo aparece como um regime de acumulação global e pós-industrial, baseado na valorização dos elementos cognitivos da produção e do consumo e, com isso, nos indica os limites daquelas análises que – por um longo período – apostavam na afirmação de um novo regime industrial, nos moldes da trajetória japonesa e de suas variantes. Pelo outro, o capitalismo cognitivo e globalizado, que se afirma como paradigma desde a década de 1990 e parece coroar a hegemonia política da ideologia neoliberal do “fim da história” (do capitalismo e sua ideologia do mercado como horizonte totalizador da humanidade) não consegue articular – emprestando os termos dos economistas heterodoxos da escola francesa da regulação – o novo regime de acumulação com um “modo” de regulação. Muito pelo contrário, a própria maturidade da acumulação de tipo cognitivo se apresenta como crise. Uma crise (aquela que teve no estouro, em 2007, da “bolha” dos *subprime* seu estopim) cujas dimensões não dizem respeito apenas aos volumes das perdas financeiras, aos impactos em termos de recessão e as trilionárias intervenções estatais de socorro ao sistema bancário mundial, mas ao nível de indeterminação ao qual ela está aberta. A crise “financeira” aparece como crise do capitalismo contemporâneo em sua forma “clássica” de contradição entre desenvolvimento das forças produtivas (aquelas que produzem conhecimento diretamente dentro da circulação social) e as relações – capitalistas - de produção (aquelas que não reconhecem essa dimensão social do trabalho).

A centralidade das dimensões cognitivas e imateriais da acumulação, mais do que representar o deslocamento da produção “material” em direção à de serviços e bens intangíveis – embora não os exclua – deve ser encarada como o fato da progressiva hibridização das tradicionais esferas de produção e circulação. Dois são os grandes determinantes desse deslocamento que torna obsoleta a separação entre produção e reprodução: o uso intenso de novas tecnologias de informação e de

* Doutor em História Social, Professor titular da Escola de Serviço Social da UFRJ e Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (IBICT-UFRJ). Av. Pasteur, 250, Campus da Praia Vermelha, Urca, Rio de Janeiro. CEP: 22290-240. Email: beppo1977@gmail.com.

** Doutorando em Serviço Social - UFRJ. Professor titular do Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO) Av. Alberto Torres, 111, sala 402 - Prédio Arthur Dalmasso, Teresópolis, Rio de Janeiro. CEP. 25964-001. Email: gilvan.vilarim@gmail.com

comunicação, e a constituição de redes sociotécnicas que favorecem a cooperação para além do espaço das organizações (de tipo fabril). Tal configuração permite, para diversos autores, identificar a existência de um capitalismo cognitivo, em ruptura com as formas de produção anteriores. Essa passagem implica e provoca novas reflexões sobre produção/circulação do conhecimento, a criação do novo e, enfim, sobre as condições e as modalidades de apropriação capitalista de uma riqueza que é produzida diretamente dentro das redes sociais, das quais o chão-de-fábrica depende cada vez mais. Falar de capitalismo cognitivo não significa dizer que não há mais chão-de-fábrica, mas apontar para o fato que o processo de valorização desse depende dos elementos cognitivos (imateriais) do trabalho e, pois, por um dispositivo de exploração que investe a vida do trabalhador em seu conjunto e não mais pela sua “partição” entre tempo de trabalho e tempo livre.

O que tem impulsionado essas mudanças? Quais morfologias da produção devem ser consideradas? Quem são os protagonistas das novas formas de produção? Qual o debate acadêmico sobre o capitalismo cognitivo? Que visões alternativas colocam-se a esse enfoque? Quais os conflitos e as formas de subjetivação definem o horizonte dos possíveis nas lutas contemporâneas contra a exploração e pela emancipação? Ainda é possível utilizar as bases de uma lógica econômica (neo)schumpeteriana ou da economia do conhecimento no sentido econômico mais comum? Quais teorizações têm facilitado a compreensão da dinâmica atual? Que aportes teórico-filosóficos permitem entender as novas relações entre trabalho e vida?

Foram questões como essas que trouxeram motivação para a construção do dossiê temático sobre o capitalismo cognitivo neste número da Liinc em Revista. As contribuições de diversos autores com visões e focos de estudo por vezes diferentes, como se perceberá com a leitura desta edição, mostram que o debate ainda é merecedor de discussões proíficas que não se esgotam aqui; os textos apresentados, contudo, servem como termômetro para indicar os referenciais teóricos mais aderentes às transformações em curso e quais áreas já vêm sendo contempladas como fonte de estudos mais aprofundados.

Em “Com a cabeça nas nuvens da crise dos *subprimes*”, Yann Moulier Boutang concorda com a ruptura em relação à indústria e afirma que a crise atual, iniciada em 2008, é a primeira crise global do capital da economia-mundo. Ela demonstra a situação de dependência mútua entre devedores e credores e afirma que a financeirização teria permitido ao capitalismo driblar a rigidez fordista e ao mesmo tempo reforçar o sonho da propriedade para todos, um sonho cujo despertar diz respeito aos juros aplicados aos créditos. Para Moulier Boutang, a solução seria a invenção de um “novo New Deal”, onde se refundem novos direitos sociais e novos direitos para os trabalhadores precários do capitalismo cognitivo.

Nos quatro artigos seguintes, o cruzamento e a confluência de determinadas fundamentações teóricas servem para melhor delinear quais autores têm estado mais empenhados em estudar as transformações atuais; entretanto, os diferentes escopos de análise de cada texto mostram vigor para se continuar analisando determinadas mudanças.

Em “Trabalho imaterial, produção cultural colaborativa e economia da dádiva”, de Clóvis Lima, Daniella Pizarro, Elisângela Faustino e Maireli Dittrich, apresenta-se um panorama das novas relações entre formas de organização social da produção econômica. No capitalismo pós-moderno, aqui chamado informacional, a análise dos autores concentra-se na emergência do trabalho imaterial e seu caráter colaborativo em rede. Os produtos do trabalho imaterial, imediatamente sociais, configuram um comum que é base para a própria produção, em esquema de retroalimentação. As modalidades baseadas na dádiva, isto é, na aliança e na criação sem necessariamente haver interesses instrumentais, fogem aos paradigmas economicistas e utilitaristas do capitalismo – tornam-se um paradigma do dom, nas referências dos autores.

A emergência do trabalho imaterial também é analisada no artigo “Trabalho imaterial e produção de software no capitalismo cognitivo”, de Giuseppe Cocco e Gilvan Vilarim. Reforçando a análise em termos de ruptura do capitalismo industrial para o capitalismo cognitivo, a crise dos *subprimes* é qualificada tanto como contradição entre desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção: a nova qualidade do trabalho vivo é “inequacionável” com uma relação de produção que só o explora depois, *a posteriori*. A relação de produção (a relação de capital) não é mais a condição da produção. Aqui, a análise das modalidades de produção de *software* é utilizada como forma de se identificar as tentativas iniciais da sua fordização, para apreender como, em seguida, a organização da produção teve que calcar-se nas formas de cooperação do trabalho vivo existentes na sociedade. Aqui se inserem as dinâmicas do movimento do *software* livre e a ainda pouco discutida computação em nuvem.

Já Fábio Malini, no artigo “O valor no capitalismo cognitivo e a cultura *hacker*”, utiliza a cultura dos *hackers* como ilustração da produção colaborativa. A partir da discussão sobre as mudanças na noção de valor, produzida por uma força-cérebro livre de um comando (o que torna a mudança do valor um elemento determinante da crise atual), a cultura *hacker* é apresentada como um reconhecimento social que faz residir o valor na circulação de conhecimento, mas também na circulação dos valores da própria vida dos *hackers*, fora de uma delimitação temporal de jornada de trabalho. Nos mesmos termos, os usuários de tecnologias citados por Cocco e Vilarim (onde a liberdade de interferência e a mistura usuário-produtor os tornam também *hackers*) poderiam ser incluídos nos mesmos princípios da dádiva e do saque.

Em “A produção biopolítica é constitutiva ao capitalismo cognitivo”, Cesar Sanson concentra-se em demonstrar que a mistura entre tempo de trabalho e tempo de vida, se permite ao capital investir na vida do trabalhador, também dá margem para a produção biopolítica, ou seja, a potência da vida como resposta ao biopoder. Os recursos imateriais do processo de produção, tais como o conhecimento, a cooperação e a comunicação, se podem ser subordinados à lógica do capital, também contribuem fortemente para dar conteúdo ao comum e à multiplicidade de subjetividades da multidão. A produção de capital, para o autor, é também produção de vida social, e daí biopolítica.

Já Vladimir Pires, em “Idéias-força no pós-fordismo e a emergência da economia criativa”, procura apreender as mudanças atuais por diferentes ciclos do consumo, onde a ascensão da identidade, em detrimento da sociedade por ela mesma, permite não a caracterização de sujeitos isolados entre si, mas sim retirar a noção de indivíduo como parte de um povo e pensá-lo agora como participante da multidão. A referência teórica a uma “boêmia empreendedora” é usada como argumento para o delineamento de determinados estilos de vida na dinâmica da economia criativa, e o seu uso por outras indústrias como forma de uma possível mercantilização do imaterial.

No artigo “A crise dos bens culturais como mercadorias”, Ronaldo Fiani analisa os conflitos trazidos pela digitalização das informações e a dificuldade de apropriação privada dos bens culturais, uma vez que a redução dos custos de reprodução esvazia o controle sobre direitos autorais baseados em meios físicos. O autor compara duas visões críticas já bastante disseminadas do conceito de mercadoria, cujo cruzamento aumenta o questionamento da mercantilização da produção cultural, tal como levantado por Pires, como algo necessário para se preservar laços de caráter social. O surgimento de partidos “piratas” na Europa, para o autor, representa um tipo de resistência que alarga os horizontes do tratamento de bens culturais.

Rodolfo Xavier e Rubenildo Costa, em “A cadeia produtiva do conhecimento científico: implicações econômicas, sociológicas e técnicas”, analisam a cadeia de produção do conhecimento científico, concentrando-se na mediação entre conhecimento e consumidor final,

exercida pelas grandes empresas de indexação. Os autores reforçam o argumento de que a cadeia atual impõe uma sobreposição de pagamentos para acesso aos conhecimentos publicados, culminando em uma privatização da sua difusão. Aqui, o mesmo princípio da cultura *hacker* analisado por Malini, onde o pesquisador escreve para ter reconhecimento social à parte do viés econômico, contrasta com a apropriação privada da produção científica. Um estudo bibliométrico na área de Física busca fortalecer as discussões apresentadas.

Encerrando, Samya Campana, em “Três tratamentos marxianos selecionados sobre a nova relação capitalista de produção: trabalho imaterial, subsunção formal-intelectual e *general intellect*”, esboça três abordagens de diferentes autores para as transformações das forças produtivas, sendo a terceira delas uma “confluência” das outras duas. Confrontando formulações, o texto busca propor o “sistema de laboratório” como abordagem, considerado aqui como elemento que é emancipado dos limites impostos pelo processo da grande indústria.

O conjunto de artigos deste número configura, portanto, reflexões e estudos que, a nosso ver, não se revelam homogêneas ou não se propõem a esgotar determinadas considerações e abordagens. Mas todos levantam pontos interessantes sobre a temática do capitalismo cognitivo – ou outra variação de nomenclatura – que merecem atenção e convidam o leitor à discussão, em consonância com a horizontalidade das redes de cooperação aqui discutidas.